

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA: DISCUTINDO UMA NOVA ÉTICA NAS RELAÇÕES DE TROCAS**

**Jefferson Marçal da Rocha<sup>1</sup>**

*"Hay días en que me levanto con una esperanza demencial,  
momentos en los que siento que las posibilidades de una vida más humana  
están al alcance de nuestras manos"*

Ernesto Sábato

**RESUMO:** Este texto versa sobre uma das questões econômicas mais controversas da atualidade, a chamada Economia Solidária. Movimento social, oriundo de iniciativas associativistas que buscam uma nova racionalidade nas relações de produção e trocas de bens e serviços. Esse movimento ainda não foi compreendido por muitos cientistas sociais, em especial pelos economistas que não conseguem absorver, em seus paradigmas conceituais, uma racionalidade que confronta dois dos princípios fundamentais que sustenta sua ciência: o egoísmo e o lucro. Não se conhece ainda o mecanismo de como a solidariedade, mola gestora dessa nova proposta de relações de trabalho, de produção e de consumo, poderá impulsionar um novo contrato social. Aqui se discute justamente como esta relação, economia e solidariedade, passou a ser mais um desafio daqueles que vêm a economia como uma ciência dinâmica, concreta e em constante evolução, acima de tudo comprometida com a humanidade de seu tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia solidária, Solidariedade, Economia, Desenvolvimento

## **SOLIDARY ECONOMY: DISCUSSING A NEW ETHICS IN THE EXCHANGE RELATIONS**

**ABSTRACT:** This article discusses about one of the most contemporary social-economical issues. A social movement originated from associated initiatives, in search of a new rationality in the production and exchange relations of goods and services. A movement that was not understood by the social scientists, specially by the economists. They can not get in their conceptual paradigms a rationality that confronts two of the fundamental principles that support its science: the egoism and the profit. It is not known yet the mechanisms of how solidarity, the conductor of this new

---

<sup>1</sup> Economista, Ms. em Desenvolvimento Regional; Dr. em Desenvolvimento e Meio ambiente. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor da Universidade da Região da Campanha (Urcamp).

proposition in the work production and consumption relations may generate a new social agreement. The article discusses how the relation economy and solidarity is becoming more one of the challenges of those who see the economy as a dynamic science, real and in constant development. Overall, engaged with the mankind of its epoch.

**KEY WORDS:** Solidary economy, solidarity, economy, development.

## 1 INTRODUÇÃO

Economia Solidária, numa economia de mercado, soa como um paradoxo. É que a economia, entendida unicamente como “economia de mercado”, sempre foi um contraponto à solidariedade. Os economistas clássicos, durante o século XVIII, propagaram que os “egoísmos” individuais quando livres seriam eficientemente alocados, ou seja, haveria uma “mão invisível” que regularia de forma eficiente todos os desejos dos agentes em sociedade. Não havia espaço para a filantropia ou altruísmo neste processo. Depois disso, pouca coisa mudou na construção epistemológica da teoria econômica. Pelo contrário, mais tarde, entre o final do século XIX e início do XX, os chamados neoclássicos aprofundaram a justificativa de que o “padrão mercado” se relaciona a um motivo peculiar próprio, isento de juízo de valor ou conotação moral: a utilidade.

Com isso, a barganha e/ou a permuta entre indivíduos em sociedade seriam impulsionadas por uma racionalidade utilitarista, medida por ganhos e custos marginais. Essa noção seria capaz de criar uma instituição específica com vida própria: o mercado auto-regulável. Em última instância, o controle do sistema econômico pelo mercado passou a ser consequência fundamental para toda a organização social. Isso significava, nada menos, perceber a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em outras palavras, a sociedade estava dentro do mercado e não o contrário.

Consolida-se a crença de que, ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Assim, a importância vital do fator econômico, para a existência da sociedade, antecede qualquer outro resultado. O sistema econômico passa a ser organizado em uma instituição separada do aparato social, baseando-se em lógicas específicas. Essas lógicas “racionalis” de relação de troca concedem ao mercado um *status especial* de inviolabilidade para os economistas do *mainstream*.

A sociedade passa, então, a ser modelada de maneira tal que permita ao sistema econômico funcionar reproduzindo acordos com suas próprias leis. Ou seja, para uma economia de mercado funcionar foi necessário construir uma “sociedade de mercado” (Polanyi, 2000).

Como então justificar uma “economia solidária”, especialmente em tempos da radicalização do liberalismo econômico? Como entender formas solidárias em sociedades individualistas? Como não justificar a busca única e

exclusiva do lucro, em época em que se acirra a concorrência? Porém é justamente nesses tempos que essa nova corrente começa a ser consolidada. Antes mesmo que os teóricos a percebessem, surgiram, não só em países pobres como também em nações ricas, movimentos associativos assentados em princípios pouco considerados pelos economistas de Chicago ou pelos seus seguidores (*mainstream*).

Aqui se pretende discutir justamente como esse aparente paradoxo, economia com solidariedade, tomou visibilidade significativa numa época em que a hegemonia neoliberal parece irreversível.

## 2 OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA ECONOMIA

A termo Economia é de origem grega e significa a gestão sábia dos bens<sup>2</sup>. Em um significado mais moderno e mais geral: economia é a ciência que dá ordem lógica à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, visando à satisfação das necessidades humanas (Cano, 1998).

Porém as preocupações econômicas remontam tempos bem anteriores a Adam Smith no século XVIII. Desde Talles de Mileto, Demócrito, Platão e Aristóteles, todos, de alguma forma, trataram da manipulação da riqueza, tanto no que se refere a gastos individuais como os do Estado (Fusfeld, 2001).

Portanto, economia sempre existiu. Desde que o homem, com o uso da razão, descobriu formas de maximizar suas utilidades cambiando excedentes de suas produções, até a manipulação complexa dos atuais *emporiums* industriais dos tempos atuais. A teoria econômica foi com o passar do tempo, dada a intensificação das atividades produtivas e políticas do homem em sociedade, também sendo reestruturada e matematicamente organizada. Empiricamente contudo, as abstrações elegantes das funções matemáticas dos neoclássicos foram cada vez mais se distanciando da realidade do dia-a-dia.

Como postulado político, a economia do *mainstream* pensa no uso apropriado dos recursos (produtividade eficiente), na manipulação do mercado (trocas) e das finanças (mais ou menos moeda), na distribuição da riqueza e, principalmente, na previsão das incertezas. Isso a transformou na ciência social que avalia o presente (condição *coeteres paribus*), baseando-se em suposições do passado para prever o futuro, a fim de garantir aos indivíduos, no particular, e a humanidade, em geral, a utilização maximizadora dos recursos necessários para sobrevivência, de uma forma mais confortável possível e, numa abordagem moderna, sem escoar os recursos naturais utilizados nesse processo. Em palavras

---

<sup>2</sup> “A palavra economia, na Grécia Antiga, servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular, enquanto a administração da polis (cidade-estado) era indicada pela expressão “economia política” (Sandroni, 2002)

atuais, buscar a sustentabilidade do desenvolvimento ou ainda, mais pragmaticamente, buscar a “passagem” de um estado *pior* para um *melhor*.

Muitas “escolas econômicas”, com diferentes conotações teóricas, metodológicas e ideológicas, têm buscado interpretar a relação de trocas entre indivíduos. A primeira delas, e uma das mais importantes, não só por ser a pioneira, mas por dar à economia o caráter conotativo de ciência, foi a fisiocracia, ainda no princípio do século XVIII. Liderados por François Quesnay e Jacques Turgot, que defenderam o princípio de que só a terra e as leis naturais são a fonte única da riqueza.

Ainda em meados do século XVIII, Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da economia moderna, na investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, edita o clássico *A Riqueza das Nações*, sistematizando e ordenando o estudo econômico científico das relações de troca em homens com interesses diferentes. Estabelece categorias sociais através da divisão do trabalho e da especialização. Smith também concedeu ao mercado a autoridade máxima de regulação da Economia. Depois dele, David Ricardo (1772-1823) especula o valor, o aluguel e o salário. Thomas Robert Malthus (1766-1834) alertou para um problema funesto entre a produção de riqueza e o aumento da população, diagnosticando que a produção de riquezas teria que crescer a um ritmo mais rápido do que se via na época, pois o aumento demográfico traria miséria e fome em um futuro bem próximo.

Os clássicos – além dos citados, também Say, Mill, Bentham, Stuart Mill, etc. – como assim são chamados os economistas do século XVIII até a metade do século XIX, defendiam o *laissez-passer/laissez-faire* (permitir fazer/permitir acontecer), base da teoria econômica liberal. A partir deles se estabelecem princípios, como a propriedade privada, o espírito do lucro, a competição, o individualismo, etc. Todas essas teorias, apesar das contradições, dotaram a economia capitalista de uma estrutura diferenciada, que reivindica a existência do *laissez-faire* como a última concepção teórica, com habilidade para administrar processos produtivos, comerciais e financeiros baseados na liberdade individual. Reivindica, em última análise, a existência do livre mercado para a liberdade humana.

Entre o final do século XIX e início do XX, os chamados marginalistas<sup>3</sup>, definem o valor dos bens a partir de um fator subjetivo, a utilidade. Rompem com isso a teoria clássica do valor trabalho, tese defendida pela maioria dos clássicos. Contudo à corrente da *utilidade marginal* não contesta a premissa clássica do liberalismo econômico: o livre mercado.

---

<sup>3</sup> O marginalismo surgiu como teoria econômica a partir de 1870, através dos trabalhos de três economistas: Karl Menger, William Jevons e Léon Walras.

A ciência econômica foi uma das ciências sociais mais importantes do século XX (Galbraith, 1986). Daniel Fusfeld, no seu clássico "A Era do Economista", acredita que, a partir do século XVIII, os economistas substituíram os cardeais e padres católicos e se tornaram os sacerdotes de um mundo que, ao invés dos dogmas e paradigmas baseados em obrigações e direitos que prevaleciam na Idade Média, passou a ser regido pela riqueza, pelo dinheiro, pelo individualismo, o lucro e a ganância.

Desde os clássicos até os contemporâneos os economistas tentam definir e ou traduzir para o mundo laico as relações interpessoais de troca entre indivíduos regidos por interesses de bem-estar e necessidades mútuas, a denominada economia de mercado.

Com o tempo, as teorias econômicas, em geral herméticas e altamente complexas, foram popularizadas de modo a serem compreendidas pelo maior número possível de pessoas. Prova dessa "importância" é que são raros, se é que existem, jornais que não possuam páginas dedicadas a notícias de economia.

Jonh Maynard Keynes, o mais conceituado economista do século vinte sintetizou com maestria a importância dos economistas para o mundo capitalista:

"As idéias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, são mais poderosas do que comumente se acredita. De fato, o mundo é regido por pouca coisa a mais. Homens práticos, que se consideram isentos de qualquer influência intelectual, geralmente são escravos de algum economista falecido. Os insensatos no poder, que ouvem opiniões aqui e ali, destilam seus delírios inspirados em algum escriba acadêmico de alguns anos atrás" (Keynes *apud* Fusfeld, 2001, p.3).

Neste ponto, cabe destacar duas questões: a primeira é que as idéias e teorias entre economistas nunca foram unânimes. Há muitas anedotas ilustrativas sobre isso: reunir quatro economistas para resolver um problema e ter no mínimo oito possíveis soluções, porém nenhuma com garantia de sucesso; e a segunda anedota, muito popular entre os alunos de economia: as questões das provas de economia sempre são as mesmas, o que mudam são as respostas. A primeira questão retrata a controvérsia entre os marxistas e economistas ortodoxos. Os primeiros acreditam que a economia ocidental é uma mera justificativa ideológica de um sistema de exploração de homens pelos homens, e que a própria dinâmica capitalista, com suas falhas, levará ao seu fim e, nesse caso, o socialismo será o destino natural da convivência em sociedade. Já os segundos, consideram a doutrina marxista tão errada que muitos não se deram ao trabalho de ler Marx com a devida atenção, por isso a criticam sem a entenderem. O fato é que os preceitos de Marx ainda estão vivos, pois ainda não surgiu um outro teórico que conseguisse, tão ilustrativamente, desvendar os reais mecanismos que estão nas entranhas do capitalismo. Já a segunda questão

serve como alerta aos professores de economia, quanto à adequação de suas aulas com as questões práticas do dia-a-dia.

Hoje em dia, passados mais de trinta anos da época considerada de ouro do capitalismo – 1945-1970, os princípios da economia ordodoxa não gozam da mesma aceitação. Os problemas decifrados pela economia, sobre a maneira de funcionamento de mercado ou de como manter a prosperidade, deram lugar a novos problemas para os quais ainda não se encontram soluções: crescimento de grandes conglomerados empresariais/monopólios, perda do poder de governança; desemprego; pobreza; poluição, falta de energia, etc. A explosão demográfica, por exemplo, revela-se um problema, especialmente entre os países mais pobres. As grandes disparidades de renda e riqueza em vários países e entre diferentes nações criam conflitos políticos e ideológicos. A questão maior para os adeptos do neoliberalismo passa a ser a identificação de maneiras de como fazer com que o benefício do sistema capitalista possa ser mais bem distribuído.

Apesar de o colapso da economia soviética e o fim do comunismo com a queda do muro de Berlim terem deixado a economia capitalista baseada na iniciativa privada, em uma posição dominante no mundo, muitas questões permanecem sem resposta: Como os problemas sociais serão resolvidos? Qual deve ser a proporção adequada de participação do Estado e da iniciativa privada na economia? Qual será o futuro da humanidade diante da problemática ambiental? O que será do emprego? Como encontrar formas de evitar o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos?

É óbvio que a ciência econômica não tem todas as respostas, mas, por ser uma ciência social, é uma “teoria” em constante mutação. Se, de um lado, é produto de grandes debates ideológicos a respeito da maneira como a sociedade deveria se organizar, de outro, ela também influencia os resultados desses debates. Neste ponto, surgem atividades econômicas, tanto urbanas como rurais, à margem do que sistema econômico convencional costuma quantificar, baseadas em formas de gestão cooperativas dos meios de produção. Estas acabam se entrelaçando no mercado formal e tornam-se uma forma de inserção efetiva de grande número de trabalhadores no mercado de trabalho: trata-se da denominada Economia Solidária. Essa “nova” relação de troca passou a ser o mais novo desafio teórico dos economistas. Pelo menos daqueles que vêm a ciência econômica como um instrumento de transformação social.

Acredita-se aqui que o economista não pode escapar do tempo em que vive pois “(...) não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência” (Marx *apud* Avendano, 2001, p. 13).

### 3 A ÉTICA DAS RELAÇÕES DE TROCAS EM UMA ECONOMIA DE MERCADO

O surgimento da economia de mercado criou um dilema moral no início da era moderna. Por um lado, os ensinamentos éticos religiosos afirmavam que cada indivíduo era moralmente responsável pelos outros. Essas idéias eram encontradas no Velho Testamento, como na história de Caim e Abel, e no Novo Testamento, como na parábola do Bom Samaritano. Por outro lado, a sobrevivência e o êxito em uma economia de mercado requeriam que cada pessoa tentasse alcançar, ultrapassar e vencer umas às outras. A rivalidade e não a fraternidade eram o comportamento necessário e exigido na denominada *caveat emptor* – que o comprador esteja avisado. Não há romantismo, benevolência ou espaço para a solidariedade no mundo dos negócios.

As relações deste novo sistema de trocas tornaram-se cada vez mais impessoais e transitórias, em oposição às relações permanentes de face a face do antigo vilarejo rural da Idade Média. As pessoas passaram a serem julgadas mais pelo sucesso financeiro e pelo enriquecimento do que pela moralidade de seu comportamento nos negócios.

Estes primeiros conflitos entre a postura econômica de mercado e a filosofia moral ortodoxa da Idade Média podem ser sintetizados em uma famosa parábola:

Um monge em peregrinação a Roma havia adquirido um cálice de prata para sua catedral. Na viagem de volta à Alemanha, acompanhado de um grupo de mercadores, o monge mostrou-lhes o objeto e contou-lhes o quanto havia pago por ele. Os mercadores felicitaram-no pela aquisição, dizendo-lhe que ele havia comprado por um preço muito inferior ao seu valor real e riram-se do fato do monge pouco afeito à vida mundana pudera conseguir uma pechincha melhor do que qualquer um deles teria sido capaz. Horrorizado, o monge levantou-se imediatamente, voltou a Roma e pagou ao vendedor do cálice o suficiente para atingir o preço justo” (Fusfeld, 2001, p. 14).

Esse dilema moral foi um fator importante que, sob o ponto de vista econômico, preparou o terreno para a Reforma Protestante. Era difícil um mercador de negócios acreditar que o modo de vida baseado no comércio fosse menos correto do que os outros. Como entender que a concorrência, o lucro, a ganância e a procura mais correta “para ganhar”, fatores essenciais para sobreviver na economia de mercado, fosse antagônica à moral cristã? Esse modo de vida não tinha a aprovação de Deus? O que a Bíblia dizia sobre tais assuntos? Não dizia nada. Então era preciso recriar uma nova moral, um novo paradigma de existência. Era preciso justificar essa nova era (Galbraith, 1986)

Essas dúvidas de ordem moral e religiosa levaram à “*heresia*”<sup>4</sup> protestante. A partir dela é que se criou uma nova ética econômica que deu crédito moral à economia de mercado motivada pelo lucro.

Como pano de fundo da nova moralidade estava a idéia de que Deus havia concebido um papel – vocação – para cada um, por meio do qual o indivíduo poderia trilhar livremente seu destino. Essa vocação deveria ser encontrada e o sucesso econômico buscado a qualquer preço. A salvação se daria pelo trabalho duro e pela quantidade de riquezas adquiridas. Com isso mesmo, os mercadores gananciosos teriam a salvação, desde que seus negócios tivessem sucesso econômico (Galbraith, 1986).

E a pobreza? Bem, esta era ainda uma necessidade para a manutenção dos lucros via exploração do trabalho. E ela deveria ser justificada também. Na obra de David Ricardo, apesar dele não ter se fixado nisso, a pobreza já aparecia como algo inevitável para a manutenção da ordem social e econômica. Já a teoria social, que justificava a necessidade de pobres, provinha da seleção natural do naturalista Charles Darwin. Foi pregada no final do século XIX pelo sociólogo Hebert Spencer na Inglaterra e pelo reverendo Henry Beecher nos Estados Unidos. Eles alegavam que a pobreza refletia a lei da seleção natural. Ou seja, os pobres seriam aos poucos eliminados pura e simplesmente. No devido tempo, aqueles que continuassem pobres, pois suas atividades produtivas não teriam atingido o sucesso “de mercado” necessário, desapareceriam. Beecher tinha ainda uma explicação mais contundente para justificar a riqueza de seus fiéis da paróquia de Plymouth, uma igreja situada defronte a Ponte de Brooklyn, região que, no final do século XIX, prosperava economicamente. Afirmava o reverendo: “Deus quis os grandes fossem grandes e os pequenos fossem pequenos”<sup>5</sup>.

Segundo Polanyi (2001), os mercados, assim como o conhecemos, até o fim da Idade Média não desempenhavam papel muito importante no sistema de trocas de mercadorias. Até a renascença, o que prevalecia eram outras formas institucionais de relações de trocas.

Os sistemas econômicos conhecidos na Europa Ocidental durante o feudalismo foram organizados segundo os princípios da redistribuição, da reciprocidade ou da domesticidade, ou por alguma combinação dos três princípios. Essas formas de integração eram institucionalizadas com a ajuda de

---

<sup>4</sup> Este termo é utilizado aqui entre aspas e em itálico, justamente para identificar o caráter de conflito moral da época em questão. Não há aqui qualquer conotação de juízo teológico, muito menos serve no contexto atual (Século XXI).

<sup>5</sup> Numa das muitas passagens magistrais de seu famoso livro “A era da incerteza”, John Galbraith, no capítulo sobre Os costumes e a moral do alto capitalismo, sarcasticamente expõe a moral dos ricos do século XIX: “Deus, como muitos já disseram, ama os pobres, e é por isso que Ele fez tantos”.



uma organização social e com o uso de padrões de simetria, centralidade e autarquia. Outros aspectos, como os costumes, a religião e a magia, também favoreciam o cumprimento das regras (Polanyi, 2001)

A integração econômica, pelo direito ao lucro, foi capaz de criar uma instituição particular: o mercado, este afinal passou a constituir-se na razão social de todo o indivíduo. O sistema econômico passa a afetar a organização de toda a sociedade, significando que a sociedade é gerida como um auxiliar do mercado. No mercado, tal como na reciprocidade, o fator *validativo* e organizativo provém não do indivíduo, mas sim das ações coletivas das pessoas em situações estruturadas. A troca, como forma de integração, depende da existência de um sistema de mercado, um padrão institucionalizado que, ao contrário de pressupostos comuns, não origina atos aleatórios de troca (Polanyi, 2000).

Nesse ponto é válido lembrar que, não obstante a impossibilidade prática de que os mercados ocupem todos os aspectos da atividade econômica, a natureza da expansão do capitalismo implica uma tendência inerente à mercantilização de todos os espaços possíveis (sociais, afetivos, tecnológicos, culturais, etc.) da vida humana, que se ampliam e modificam ao longo do tempo e através da história. Em outras palavras, a acumulação capitalista tende a transformar “tudo” em mercadoria, ainda que este “tudo” se modifique com o passar do tempo.

Na seção IV de *O Capital*, onde Marx explora exatamente isso, denominando de *feitichismo da mercadoria*. Apesar de escrita há mais de 150 anos, parece cada vez mais atual e merece ser lembrada: “As relações entre coisas e relações materiais entre pessoas” parece definir “uma forma de relacionamento...entre pessoas que assume aos seus olhos a fantástica forma de relação entre coisas (Marx, 1973, p. 72 e 73 *apud* Tauile, 2004, p. 6).

A história econômica mostra que a produção para o mercado pode se dar através de diversas formas de organização social. A que predominou nos últimos dois séculos – XIX e XX – foi a produção capitalista, que implica trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção. A ela está associada um aparente processo tendencial de concentração da riqueza em mãos de cada vez menos pessoas. Segundo Polanyi, a dinâmica capitalista se expandiu e engolfou espaços e tempos produzindo uma dinâmica até então desconhecida. Este novo tipo de vida se difundiu, reivindicando uma universalidade sem paralelo desde a época em que o Cristianismo começou sua carreira. Só que agora o movimento universalizante da vida em sociedade se encontra em um nível puramente material.

Polanyi esclarece magistralmente:

Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob forma de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel (Polanyi, 2000, p. 162).

É, portanto, um sistema de trocas em que, por definição *exclui* e não *inclui* indivíduos no processo.

Porém Singer (2004,p.5) alerta que:

[...] o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a produção simples de mercadorias (unidades autônomas de produção, individuais ou familiares), a economia pública (formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem cobrar preços de mercado por eles), a economia doméstica (constituída pelas atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios, visando o autoconsumo dos membros) a economia solidária (formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de serviços, de consumo, etc.).

As três primeiras formas de economia, apesar de pouco discutidas pelo *mainstream*, permanecem como práticas freqüentes paralelas às atividades de mercado.

Polanyi já havia detectado que, durante o século XIX, surgira um contramovimento defensivo de uma sociedade que enfrentava mudanças. Era uma reação contra o transtorno que atacava o tecido da sociedade e que teria destruído a própria organização da produção para a qual o mercado havia sido construído. Para ele: " A perspicácia de Robert Owen provou ser verdadeira: se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se, de acordo com as suas próprias leis, ela criaria grandes e permanentes males (Polanyi, 2000, p. 161).

A questão então é saber se a produção, através das formas Econômicas solidárias, como a autogestão e o cooperativismo, por exemplo, terão espaço próprio de sobrevivência sustentável no longo prazo na economia capitalista contemporânea.

#### **4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS**

Entre as definições teóricas da ainda incipiente teoria sobre "Economia Solidária" há pelo menos uma unanimidade: ela se apresenta como uma nova estratégia. Uma alternativa na luta contra o desemprego. Ortiz Rocca (*apud* Tauile, 2004) defende que:

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos (Ortiz Roca, 2001 *apud* Tauile, 2001, p. 3).

França Filho e Laville (2004), ao analisar a emergência de laços sociais de solidariedade, especialmente frente à crise generalizada do emprego, consideram que a

[...] economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder-agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua (França Filho; Laville, 2004, p 19).

Numa perspectiva marxista, Singer (2000, p. 13) considera:

A economia solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...] ela não é a criação intelectual de alguém, mas uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

Avendaño (2001, p. 12) vê Economia Solidária como uma operação dialética entre economia, solidariedade e desenvolvimento numa proposta universalista e humanista para o tema, pois para ele

[...] la Economía Solidaria es un conjunto de fuerzas sociales, identificadas por ideales solidarios y humanistas, que la habilitan para gestionar talento humano, recursos naturales, científicos, tecnológicos y financieros y, como resultado de esa gestión, para generar procesos de desarrollo integral y sostenible para el género humano en general y para cada comunidad o agrupación familiar en particular. En su conjunto, constituye un eje dinamizador de procesos sociales, culturales y políticos, para la construcción de una nueva civilización, capaz de construir la felicidad humana.

Mais adiante ainda propõe que

[...] la Economía Solidária se constituye en propuesta ética e ideológica (política) para generar procesos eficientes de creación de riqueza, aplicada a la satisfacción de las necesidades sociales, dentro de un concepto de desarrollo integral y sostenible.

Manejo adecuado de los recursos, en un proceso integral y dinámico, dentro de un ámbito de relaciones solidárias y unívocas y que en ningún caso podrá destinarse a enriquecer a unos con el producto del trabajo de otros (lucro) (Avendaño, 2001)

O fato é que Economia Solidária tem representado uma nova forma de se organizar enquanto trabalhadores e um empenho coletivo de se manter ou de se inserir (quando excluídos) no mercado e na sociedade. Nos últimos anos, principalmente nos países emergentes, têm crescido os movimentos sociais de empreendimentos econômicos populares e de redes associativas. Este crescimento é tanto quantitativo como qualitativo, e não é apenas o resultado da reação espontânea dos trabalhadores à crise do trabalho assalariado, mas também da ação de agências de fomento a esse novo tipo de mecanismo produtivo (Tiriba, 2004). Agências – públicas e ONGs – apostam em uma nova economia moral das multidões e na criação e fortalecimento de uma economia cuja cultura do trabalho contrarie a própria lógica do capitalismo.

Salienta-se, contudo, que este associativismo ocorre em uma época em que "economia" significa, muitas vezes, "economia de mercado" e representa uma atividade voltada exclusivamente para obtenção de lucro, baseando-se, essencialmente, na competição, na concorrência e, conseqüentemente, na exclusão dos menos competitivos. Assim "economia" e "solidariedade" são, de alguma forma, áreas antagônicas e excludentes. Então, para entender esse movimento, o melhor é justapor os substantivos: "economia" e "solidariedade", por se tratar do envolvimento simultâneo do negócio (a atividade econômica) e do aspecto organizacional (a organização de trabalhadores).

Distinguir "solidariedade" de "economia" permite definir e demarcar a qualidade do relacionamento entre os próprios trabalhadores, da atitude deles para com o mercado (através dos clientes, fornecedores, etc.). O primeiro espaço é o lugar das relações solidárias; já o segundo é reservado ao comportamento próprio da agressividade, da concorrência e da competição.

Ainda sobre a solidariedade, é necessário inscrevê-la no campo dos próprios trabalhadores e na história de suas lutas e conquistas. Afinal, o que é solidariedade? Com quem temos solidariedade? Ou: Até onde vai nossa solidariedade?.

Nesse aspecto, deve-se entender que não são todos os movimentos sociais cooperativos que podem se autodenominar "solidários". Considera-se que solidariedade significa, antes de tudo, respeito aos direitos adquiridos e, com isso, contundentemente, a negação da exploração de trabalhadores sem garantias sociais. Significa movimentos que não abrem mão de conquistas históricas da classe trabalhadora. Com isso, demarca-se uma radical diferença entre os movimentos solidários efetivos das práticas que promovem a

precarização das condições de trabalho. Os movimentos solidários efetivamente se mostram alternativas reais contra a crise do emprego (Tiriba, 2001).

Nesse sentido, as políticas visando incentivar a "economia solidária" devem resgatar os autênticos princípios que inspiraram a fundação do cooperativismo para evitar que os excluídos e desempregados sirvam como massa de manobra ou argumento para políticas espúrias. Há, portanto, necessidade de se ater ao foco central da economia solidária, que é a busca efetiva de alternativas concretas contra a racionalidade única da lógica de mercado auto-regulado, para que em nome de "fomentar", "promover", "representar", "prestar assessoria", etc, não se esteja, de fato, usando-se dos trabalhadores para alimentar máquinas burocráticas e financeiras.

Quando não se distingue isso, podem-se, em nome da necessidade de administrar os negócios, estar substituindo iniciativas de trabalhadores por alternativas de exploração de uma elite empresarial. Matando, com isso, o que, justamente, deveriam promover: a autogestão e a negação da exploração de trabalhadores.

Por isso, na constituição de projetos alternativos de economia solidária, deve-se atentar para a formação histórica da cultura associativista dos trabalhadores (Gaiger, 2004). A economia solidária "[...] reside primordialmente numa experiência essencial, de emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, restituição por certo incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana" ( Gaiger, 2004, p. 372).

Nesse sentido, Tiriba (2001, p. 11), citando Corragio (1995), sintetiza a principal característica dessa "*nova economia*":

[...] diferente de outros setores, cujas lógicas são a da acumulação e a da legitimação do poder, o setor da economia popular inclui todas as unidades econômicas, seus atores não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada. Mesmo que todos ou alguns de seus membros também trabalhem em outros subsistemas, seu objetivo é a reprodução ampliada da vida. (Cooragio, 1995 *apud* Tiriba, p. 11)

## **5 O PENSAMENTO SOLIDÁRIO: DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O pensamento econômico cooperativo desenvolveu-se na Europa Ocidental no decorrer do século XIX, reagindo, no nível teórico às idéias dos fisiocratas e dos clássicos e, no nível prático, ao liberalismo econômico que já mostrava sinais de ser excludente e concentrador. O *laissez-faire, laissez-passer* pregado tanto pelos fisiocratas como pelos clássicos como base para o progresso

social se mostrou um fracasso. Os fatos jogaram por terra o otimismo liberal, pois não promovia nem a harmonia social nem o progresso. Os interesses individuais não se aliavam aos interesses coletivos. A realidade colocara em evidência, de maneira brutal, a oposição entre o interesse individual e o interesse social, pois enquanto, de um lado, um grupo cada vez menor de empresários enriquecia, do outro, a classe operária vivia miseravelmente (Pinho, 1977).

De fato, a liberdade econômica conduziu a uma luta desbragada: *entre produtores*, que se degladiavam entre si, eliminando ou absorvendo as empresas marginais (dando origem, progressivamente, à constituição de grandes grupos monopolísticos ou quase monopolísticos; *entre trabalhadores*, devido à concorrência da mão-de-obra feminina e de menores que passaram a disputar mercado de trabalho, sobretudo com a introdução da máquina no processo produtivo) e também às periódicas depressões econômicas, que geravam desemprego em massa, obrigando-os a oferecer trabalho a preços vis, apenas suficientes para garantir a sobrevivência: *entre produtores e assalariados*, já que a pretendida liberdade contratual degenera em imposição de salários de fome e de longa jornada de trabalho (Pinho, 1977, p. 72).

As duas correntes de pensamento que se opuseram mais veementemente a esse sistema foram os socialistas, que se opunham basicamente à propriedade privada (socialistas utópicos, os marxistas e pós-marxistas) e os intervencionistas, que propunham uma harmonia entre os interesses privados e os sociais.

É da corrente dos socialistas utópicos que o cooperativismo nasceu, especialmente das idéias de Owen, Fourier, Buchez e Blanc. Essa corrente buscava uma sociedade mais eqüitativa por meio de associações voluntárias.

Owen, a quem é atribuído o paternalismo do cooperativismo, considerava o homem como resultado de seu meio social, portanto nem bom, nem mau, mas sim fruto do meio em que vivia. Com isso acreditava que a modificação do caráter dos indivíduos se daria quando ocorressem mudanças sociais.

Tanto na prática como através da escrita na imprensa local da época, Owen combateu o lucro e a concorrência, segundo ele, maiores responsáveis pelos males e as injustiças sociais. Na sua atuação prática transformou uma fábrica de fios de algodão de New Lanarck, na Escócia, da qual era sócio majoritário, em uma colônia-modelo de trabalho. Por um tempo, essa experiência foi motivo de visitação e admiração na Europa. Algumas das medidas da atuação de Owen nessa Fábrica-Colônia tornaram-se referência: trabalhadores, muitos viciados, provenientes de meios heterogêneos, tornaram-se homens dignos; o alcoolismo praticamente deixou de existir; as crianças a partir dos dois anos passaram a freqüentar escolas; houve uma redução da jornada de trabalho de 14 para 10 ½; proibiu-se o trabalho para menores de 10 anos e foi programado um programa de amparo à velhice. Exemplo marcante da

atuação de Owen foi o fato de que, mesmo com a crise do algodão por quatro meses seguidos, ele continuou pagando seus trabalhadores integralmente.

Já Fourier, considerado um ultra-socialista, passou de admirador, em 1822, a um crítico das idéias de Owen, em 1827, pois considerava que as máximas deste: modificar o caráter humano, através da educação em associações, onde o amor e a virtude pela própria virtude trariam a igualdade social, não lhe atraía. Apesar de ter colocado o trabalho, o capital e o talento em plano semelhante no sistema de repartição de riquezas, Fourier preconizava que "a desigualdade entre ricos e os pobres faz parte do plano de Deus e tudo que provém de Deus é bem feito" ( Fourier, 1824, p. 26 *apud* Pinho, 1976, p. 78). Talvez por esta *infeliz* passagem, as idéias de cooperativas de Fourier sejam pouco comentadas por aqueles que as defendem.

Mas o caráter associativista pregado por Fourier era mais rigoroso do que em Owen. Ele pretendia resolver os males sociais através dos denominados *falanstérios* – unidades auto-suficientes de 1500 a 1800 pessoas –, onde a unidade familiar era substituída pelo regime comunitário e coletivo. Haveria um grande hotel com serviços de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc., nesse o espírito da competição seria substituído pelo da cooperação. Dessa inter-relação, Fourier acreditava que os contrastes, as diferenças e as desigualdades existentes entre os homens em sociedade seriam canalizadas de forma que as dissonâncias competitivas se tornariam harmônicas. Essas idéias foram seguidas por um grande número de seguidores de Fourier. O *fourierismo* teve adeptos tanto na Europa como na América do Norte.

Já Buchez, que era um fourierista, em 1831, em meio a uma revolta generalizada de trabalhadores contra as fábricas e o capitalismo, preconizou em seu artigo *Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades*, a criação de uma associação cooperativa de produtores livres, que se construiria de forma pacífica sem espoliação. Nessa associação, um determinado número de operários de uma mesma profissão seriam regidos por um contrato no qual constava basicamente: os associados seriam os próprios empresários; cada associado seria pago segundo os usos adotados na profissão (dia, semana, mês, etc), 20% do lucro líquido seria destinado à formação e ao aumento do capital social, e a outra parte dos lucros seria repartida no final de cada ano entre os empresários-trabalhadores (Pinho, 1977).

Enquanto Buchez e seus discípulos repudiavam o auxílio governamental nos seus projetos associativistas, outro socialista, Louis Blanc, os reivindicava. Blanc considerava que só com a participação do Estado as associações operárias poderiam modificar o meio sócio-econômico em que se encontravam. Também condenava a livre-concorrência, para ele a principal responsável pelos males e injustiças sociais. Para ele o mercado livre era tão nocivo à classe operária quanto os burgueses. A livre concorrência havia separado os detentores dos

instrumentos de produção (empresários) daqueles que efetivamente acionam esses instrumentos com seu suor (classe operária). Daí a necessidade de criar associações em que cada um seja co-proprietário dos instrumentos do mesmo ramo de produção e de moralidade indiscutível.

Pinho (1977, p. 87) diferencia Blanc de Fourier pois:

Blanc buscava, na oficina social, uma produção especializada para os associados e também para a comercialização, ao passo que Fourier imaginava o falanstério auto-suficiente, com produção diversificada para consumo exclusivo dos membros. Blanc separava-se, ainda, dos fourieristas em sua concepção prática do *futuro social*: Fourier colocava o capitalista na mesma situação do trabalhador manual, quanto à repartição dos lucros; Blanc atribuía-lhes juros fixos, no caso do capitalista haver feito empréstimo à oficina social, mas não lhe reconhecia sobre o resultado da produção.

Apesar de suas peculiaridades, os socialistas utópicos foram a base do cooperativismo internacional. Seus pontos comuns se basearam: (a) na idéia de cooperação, entendida como reunião de formação para a consecução de fins comuns; (b) na idéia de organização do trabalho, como forma de elevação do padrão de vida da classe trabalhadora e de sua conseqüente emancipação; (c) na idéia de livre iniciativa dos interessados; (d) na idéia de associação de trabalhadores para auto-prestação de serviços, sem interesse de lucro; (e) na idéia de que o capital é apenas um meio para a realização dos fins da instituição; (f) na idéia que a cooperativa é uma forma de economia coletiva; (g) na idéia de concentração cooperativista, na qual cada cooperativa é uma célula de ampla organização federativa, colocada a serviço do interesse econômico geral; (h) na idéia de continuidade da instituição, na qual os capitais acumulados constituirão fundos coletivos destinados a investimentos futuros e (i) na idéia de reforma social através de associações, porém ao contrário dos socialistas marxistas, essa reforma viria de forma paulatina e pacificamente.

A Economia Solidária, como movimento contemporâneo, tem como princípio não só o cooperativismo, mas, e muito especialmente, a solidariedade. Isso introduz em níveis crescentes e qualitativos a solidariedade nas atividades, nas organizações e nas instituições econômicas, tanto em nível empresarial como nos mercados e nas políticas públicas. Além disso incrementa a eficiência micro e macroeconômica a fim de gerar um conjunto de benefícios sociais e culturais que favoreçam a todos. É também uma resposta real e atual aos graves problemas sociais de nossa época, vista como um projeto de desenvolvimento e transformação e aperfeiçoamento da economia de mercado.

Numa época em que há muitas razões para se questionar a possibilidade de continuação do crescimento econômico, nas formas atuais vigentes, a



solidariedade na economia postula um novo tipo de desenvolvimento alternativo, integral baseado na escala humana, na sustentabilidade e no local. Supõe-se que, para um "outro desenvolvimento", haja uma outra economia. E essa outra economia passa pela economia solidária que, se não é uma via única, pelo menos se constitui em um componente efetivo para a construção deste novo modelo.

A economia solidária, entretanto, não é só um projeto utópico distante do dia-a-dia. Para Tiriba (2001), ela tem cor, gosto e é algo que se pode pegar e abraçar. Tem vida. Portanto, não é uma construção secular apenas perceptível nos livros acadêmicos. Ela está na rua desde que o mundo passou a ser regido pela racionalidade de troca entre humanos. No final do século XX ela se renova, com a crise do trabalho assalariado, a imensa massa de cidadãos que estão fora do mercado de trabalho, aos poucos, vão se organizando e criando alternativas solidárias de produção e gestão.

A multiplicidade e a diversidade das experiências existentes nesse campo exigem um processo de conhecimento, de apropriação e de organização, e facilitam que essa nova forma de economia se torne na mais nova *economia-moral* das multidões excluídas.

Os atores das estratégias associativistas de sobrevivência econômica são a grande maioria dos seres humanos que sofrem as conseqüências dessa ordem social injusta e desumana e, portanto, são os mais interessados em construir uma nova ordem internacional. Se uma nova economia pressupõe um trabalho livre das condições impostas pelo capital, é necessário mudar não apenas o cotidiano de trabalho, nos empreendimentos associativos, mas também as relações sociais mais amplas, visando a um novo modelo de sociedade diametralmente oposta à sociedade capitalista. Para isso nada melhor que recuperar a história das experiências de trabalho coletivas e autogestionadas ocorridas em outras épocas e em outros modos de produção, distribuição e consumo. Calçada nestes objetivos e valores estratégicos, essa economia se desenvolve e se constitui numa alternativa real ao capitalismo, criando as condições para um novo modelo de desenvolvimento, no qual o ser humano e a natureza sejam o centro da atenção, em que as multidões de trabalhadores e deserdados tenham capacidade de criar e praticar uma nova moral econômica e solidária.

A proposta de uma Economia Solidária avança e se propõe revisar o contrato social, pois busca consolidar modelos mais efetivos para cobrir a totalidade do espectro socioeconômico de uma nação e do mundo. Avança porque propõe corporações econômicas afinadas com unidades administrativas sem espírito de lucro, revisa sua operação, processa e libera hábitos ruins e divergências, apanha o melhor na organização social. Por tudo isso, difere do cooperativismo tradicional e restritivo.

Como proposta socioeconômica, a Economia Solidária corrige as síndromes prévias do cooperativismo tradicional e, de forma especial, a sua obsolescência, sua perda de dinâmica teórica e prática, sua ação limitada para administrar processos microeconômicos marginais e o seu caráter de ajuste e sofisma a serviço do sistema capitalista.

Não é uma proposta para reivindicar vetustas estruturas microeconômicas. A proposta de Economia de Solidária é integrante. Envolve todos os aspectos, ângulos e focos que conformam a sociedade e a economia. Tem uma raiz popular fundada em uma reunião social que transcende as ideologias e é projetada na estrada amigável do humanismo e espírito ecológico. É de caráter integrante, porque aponta para reconstruir a rede social a partir de uma tradição rica, constituindo uma forma diferente de redeclarar e modernizar os processos e instrumentos que historicamente trabalharam. Trata-se de uma forma de organização dotada de uma ideologia coerente de postulados e paradigmas doutrinários que apanham as experiências diferentes de ajuda mútua, da economia sem espírito de lucro e das formas de organização cooperativa.

## **6 CONCLUSÃO**

A sociedade atual passa por uma ruptura histórica sem precedentes. Velhos paradigmas da ordem do conhecimento, da ciência, da tecnologia, da cultura, da política, da economia e da religião, entre outros, foram seriamente afetados pelos avanços de ordem tecnológica e pelos desajustes de ordem social, política, cultural e econômica que surgiram nas últimas décadas.

A humanidade embargou em uma cultura homogênea de consumo e de superficialidade que aliena e condena à depredação de todos os recursos do planeta. Enquanto a maioria excluída sofre processos de deterioração da saúde, de violência múltipla, de desemprego, de perda da qualidade de vida e da degradação dos valores humanos, uma casta social celebra a riqueza e o poder derivado de um modelo econômico-financeiro excludente e depredador. Esse modelo deu origem a uma civilização deshumanizada e uma a cultura ocidental paranóica.

Essa era uma situação prevista em épocas diferentes e por posições ideológicas contraditórias, como as de Proudhon, Baudelaire, Thoreau, Tolstoi, Marx, Disraeli, etc, e no tempo atual pelas de Fromm, Polanyi, Arrighi, Hobsbawm, Kurt, Souza Santos, etc. Que denunciam o perigo que representa para o homem o incontrolado crescimento da produção, do consumo e da ganância.

Ao mesmo tempo, porém, esta incerteza válida e justifica a apresentação de propostas novas de reunião social e de organização econômica, com capacidade para enfrentar os desafios do neoliberalismo e de tudo aquilo que ele representa como ameaça contra as liberdades individuais e coletivas (Avendaño, 2001).

As ideologias perderam a atratividade social e, por conseguinte, as denominações como "esquerda" e "direita" ou "capitalismo" e "comunismo" já não se identificam, em sentido restrito, como interpretações de sistemas ou modos de acontecer de governar ou de viver e, muito menos, de mobilizar e organizar as pessoas e as cidades.

Nesse sentido, surge a concepção holística de organização social no que cada ser é parte integrante do mesmo e para a qual não precisa entrar porque está nela e nela permanece e com ela integra-se de forma permanente. A economia solidária é uma proposta sem uma ideologia integrante, mas com uma vocação humanista, uma potencialidade para administrar processos macrossociais e macroeconômicos. Encara como esperança a necessidade positiva de buscar uma nova ética nas relações de trocas, pois pertence a todos os homens e mulheres que não se resignam em ver a existência humana apenas sob a ótica de um compromisso único e simples de viabilidade econômica. Esboçar uma nova proposta de economia é defender uma luz de esperança para aqueles que estão interessados num modelo a favor do integral, do humano e do ecológico desenvolvimento – desenvolvimento sustentável!

#### REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, E.; VILLAR, M.E.; NAKANO, M. A participação efetiva e a conquista da autonomia. In: GAIGER, L.I. (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 173-188.

AVENDAÑO, J.M. **Economia solidária: origem, filosofia, desarrollo, proyecciones**. Bogotá: [s.n.], 2001.

CANO, Wilson. **Introdução à economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Unesp, 1998.

FRANÇA FILHO, G.C de; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FUSFELD, Daniel R. **A Era do Economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Era da Incerteza**. 7 ed., São Paulo: Pioneira, 1986.

GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro .In.: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 371-402.

ICAZA, A.M.S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L.I. (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 17-54.

PINHO, D B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo : Saraiva, 1977.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 8 ed., São Paulo: Best Seller, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Um olhar diferente sobre a economia solidária. In: FRANÇA FILHO, G.C de; LAVILLE, J. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Prefácio.

TAULI, J. R. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Trabalho submetido ao seminário internacional: Teorias de Desenvolvimento no novo século em Julho de 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/>> Acesso em: 21 out. 2001.

TIRIBA, L. **A economia solidária no contexto da economia moral das multidões** (os sindicalistas entram em campo). Disponível em <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em: 21 out. 2001.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo e práxis educativa. In: Contexto e educação. **Revista de Unijuí**, Ijuí, n. 28, p. 13-23, out./dez. 1992